



ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (CONDEMA) DO MUNICÍPIO DE ARARAS

Realizada por videoconferência, no dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, com início às catorze horas, de modo virtual através da plataforma Microsoft Teams. Estiveram presentes o Presidente Rodolfo Bergamin, Rodolfo Busolin Alves dos Santos (SMMAA), Wagner Antônio Leveghim (SMMAA), Daniel Kobori (SAEMA), Eduardo Gaino (Câmara), Kevin Tresceller (SMJ), José Roberto da Silva (SMS), Luiz Fernando Privatti (SMDUOP), Tobias Ferraz (Soc. Civil), Simone Vernaglia (USJ), Renata Sebastiani (FUSCAR), Thaisa Sanfelice (SMPGM), Aloisio Bozzini (UNIARARAS), Raianny Hilk Perina (AEHDA), Rafael Kenji Koike Shimabukuro (USJ), André Leo Vergílio e Bruno Nunes. O presidente iniciou a reunião apresentando a minuta da ata anterior, no qual solicitou a dispensa da leitura da ata. Não havendo objeções quanto a dispensa de leitura, o presidente colocou a ata em votação; não havendo manifestação quanto a aprovação da minuta da ata, a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando início a ordem do dia, o primeiro tema da pauta versa sobre o Plano Diretor, que também convergirá com o segundo tema. Foi informado pelo presidente que a minuta do projeto de lei que instituirá o Plano Diretor está sendo finalizada e será colocada em consulta pública para a população e demais interessados realizarem a leitura e fazerem apontamentos. Informou que o trabalho de revisão está ocorrendo há quase dois anos, sendo necessária essa revisão e atualização que está atrasado desde 2015. Na revisão do plano diretor que foi discutido ao longo do último ano e desse ano, a questão ambiental está bem pautada. Um dos principais assuntos na pauta ambiental é o estabelecimento do Sistema de Áreas Verdes do município. Essas áreas verdes na zona rural são compostas pelas Áreas de Proteção Permanente (APP's) e outras áreas não agricultáveis, tais como os fragmentos florestais, zonas de inundação/várzea, sendo toda ela unificada. No meio urbano também foi feita uma análise das áreas verdes, sendo principalmente em fragmentos florestais, parques e em florestas urbanas. Essa proposta surgiu para que haja uma melhor conexão dessas áreas, melhorando assim seu fluxo gênico e posteriormente para que sejam implementadas melhoria na recuperação de áreas degradadas. Foi informado que atualmente Araras possui cerca de 12% de sua área coberta por florestas e matas nativas. Dando início ao segundo tema da pauta do dia, sendo essa uma indicação do Conselheiro Tobias Ferraz, sendo um assunto necessário para discutir. Foi informado pelo presidente que até pouco tempo, cerca de 10 ou 20 anos atrás as pessoas indagavam se realmente de fato havia uma "mudança climática", atualmente com diversos estudos que corroboram tal afirmação e diversos eventos climáticos extremos, tal como a onda de calor que assola o Brasil atualmente e os diversos sistemas ciclônicos que atingem o sul do país e além do El Niño que esse ano está ainda mais forte, percebemos que realmente estamos sim e uma mudança climática. As ações para conter o avanço das mudanças climáticas são difíceis de serem realizadas para que seja sentida de maneira mais rápida, pois as ações que estão associadas ao meio natural possuem um ciclo de médio a longo prazo para serem efetivadas. Na questão macrorregional, Araras está inserida na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), sendo o presidente Rodolfo Bergamin o representante da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura (SMMAA) que está inserido nas câmaras temáticas, no qual uma delas propôs a realização de um inventário de poluição do ar, para ter uma dimensão do quanto é emitido, para assim conseguir propor ações contundentes de diminuir e compensar o carbono emitido pela RMP. Outra questão é a proposição de uma Macrozona Ambiental na RMP, na qual a Área de Proteção Ambiental do Corumbataí fará parte. Entretanto no



município de Araras possui na região oeste uma zona de proteção de nascentes e de manancial, na qual será feita a proposta de inclusão dessa área nessa Macrozona Ambiental da RMP. Outra questão citada nos encontros da RMP é sobre o adensamento de fragmentos florestais e sua conectividade através de corredores ecológicos. Uma ação local realizada pela SMMAA é referente a atualização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que tem atendido proprietários de imóveis rurais do município, além de já realizarem a atualização do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) e do Rotas Rurais. O CAR é autodeclaratório, cada proprietário pode fazer o seu, fazendo através da SMMAA é possível realizar uma análise mais técnica e além disso fazer a seleção e cadastramento de áreas do imóvel que necessitam serem reflorestadas (sejam em APP ou em Reserva Legal (RL)), sendo essas áreas disponibilizadas para serem usadas no Programa Nascentes do Estado de São Paulo ou no Sistema de Apoio de Restauração Ecológica (SARE), que fazem a interligação de empresas que precisam cumprir algum Termo de Compensação Ambiental (TCA) ou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e de proprietários que necessitam ou se interessam em reflorestar sua propriedade rural, se adequando assim a legislação. Outra ação é referente as vias verdes no qual se deseja realizar o plantio de árvores que farão uma cobertura arbórea mais efetiva, proporcionando mais sombra e conforto aos transeuntes, além da criação de mais ciclofaixas. O conselheiro Tobias Ferraz pediu a palavra que a Prefeitura Municipal de Araras (PMA) deve informar a população sobre os eventos climáticos extremos que possam ocorrer na cidade, tais como ondas de calor e outras adversidades, ações de informatização dos locais mais frescos da cidade e da importância da hidratação. O presidente Rodolfo Bergamin informou que é necessária essa conexão com a população, informou que a Defesa Civil Estadual faz diversos alertas que são publicados pelo Facebook e site da PMA. Sobre a questão da hidratação, informou que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) pode realizar esses informativos para a população também, além de outras orientações. O conselheiro Aloisio Bozzini pediu a palavra para falar sobre as mudanças climáticas, informou que vê na questão da arborização urbana um importante advento para combater as ilhas de calor na zona urbana, mas não deve ser a única forma de combate. Informou que a questão do plantio da cana-de-açúcar no município deve ser fiscalizada, verificando se as áreas possuem a APP necessária e se possui os 20% de RL. Outra questão levantada é a queima de combustível fóssil por parte da frota pública e pelas indústrias; entende que melhorar a frota pública do transporte público com ônibus movidos a biocombustíveis ou elétricos, para diminuir a emissão de particulados. Um dos estímulos que poderia ser dado a população é referente ao transporte público gratuito, criação de mais ciclovias para estimular as pessoas a se locomoverem por meio de bicicletas, restringir a circulação em algumas avenidas da cidade, diminuindo a emissão de particulados em zonas críticas, além de realizar a fiscalização de queimadas no meio urbano e rural. O presidente informou que o Corpo de Bombeiros envia um relatório anual sobre o combate de incêndios e princípio de queimadas. Informou que nas áreas rurais as queimadas que ocorrem geralmente são criminosas e difíceis de localizar os responsáveis. Informou também que no município de Araras existe uma legislação que trata sobre queimadas e que em caso da não localização e identificação do infrator, o dono do lote recebe a multa de forma solidária. Outra questão que ajudará no combate das mudanças climáticas é referente ao Código de Arborização que saiu após um ano e meio de confecção pelos funcionários do Departamento de Meio Ambiente, Rodolfo Busolin e Jandir Blasius, informou que está sendo confeccionado uma minuta de um decreto regulamentador sobre esse código para deixa-lo mais robusto. Sobre a gratuidade do transporte público, crê que seria uma solução ideal, porém é necessário um estudo



mais aprofundado sobre essa gratuidade, sendo possível realizar um contato com a TCA sobre o assunto. A conselheira Renata Sebastiani pediu a palavra, informou que participou das reuniões do Plano Diretor e viu como é difícil engajar a população a debater sobre esse assunto. Informou que é necessário continuar o trabalho de plantio de árvores na cidade, e que no último inventário de cobertura vegetal, a metodologia de pesquisa foi modificada, e foram incluídos pequenos fragmentos de vegetação nativa, dando a falsa ideia de um aumento de área plantada e recuperada. O presidente citou que mencionou o último inventário realizado pelo Instituto Florestal (IF) que era de 12%, que é considerado relativamente pouco, mas maior do que muitas cidades que possuem menos de 5%. Informou que no Plano Diretor foi possível notar que o 'plano de fundo' dos mapas criados são as áreas de plantio de cana-de-açúcar, sendo assim uma cidade canavieira. Sobre o CAR, APP e RL das usinas, informou que estão todas regulares e em conformidade com a legislação. A conselheira Simone Vernaglia pediu a palavra para informar que a Usina São João (USJ) possui diversos projetos de plantio e recuperação ambiental de suas áreas, que estão atualmente em andamento. Que até o momento foram plantadas mais de 1,9 milhões de mudas, além de auxiliar a PMA com a doação de mudas e plantio nas áreas urbanas. Frisou da importância da cana para o desenvolvimento econômico da cidade, com a geração de emprego e renda à população. Informou que a USJ possui um estudo de levantamento da fauna nas APP's e RL das áreas da usina, e comprovou a presença de diversos animais, inclusive em risco de extinção, presentes nesses locais, comprovando assim a qualidade ambiental de suas áreas. Informou que o plantio é feito apenas nas áreas agricultáveis e que qualquer dúvida que houver, podem entrar em contato com ela para dirimir. O presidente informou que a presença da USJ é de extrema importância pela sua atuação em inibir o aparecimento de assentamentos irregulares, que são muito prejudiciais ao meio ambiente, além de ajudarem a manutenção das estradas rurais e conservação de suas áreas. Dando prosseguimento ao último assunto, que não estava na pauta e foi incluso para a discussão no CONDEMA, devido a uma solicitação da Câmara Municipal de Araras, que fala sobre o Consórcio Intermunicipal da Anhanguera Central (CONIAC). O presidente informou que Araras faz parte da área turística chamada de Anhanguera Central, no qual nove municípios fazem parte e que firmaram um convênio voltado primeiramente para a melhoria do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Na SMMAA foi feita uma reestruturação do SIM, com a contratação de uma médica veterinária responsável, além da atualização da legislação. Atualmente quando um produto é registrado no SIM de Araras ele só poderá ser vendido na cidade de Araras, não podendo ser comercializado em outros municípios. O convênio visa uma comunicação entre os SIM's de cada cidade, para que esses produtos possam ser vendidos nas cidades que fazem parte do CONIAC. Entretanto, outro assunto que está adiantado e foi abordado é referente a uma possível solução consorciada na área de saneamento no que tange os resíduos sólidos urbanos. Porém para Araras fazer parte do CONIAC é necessário a aprovação de uma lei na Câmara Municipal, no caso referente ao Projeto de Lei 69/2023 que está em trâmite há quase 6 meses, por isso o presidente solicitou o posicionamento dos conselheiros do CONDEMA. O interesse do CONIAC é que o SIM de cada município seja instituído e posteriormente realizado sua atualização para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), ajudando os produtores rurais e artesanais dos municípios a realizarem a venda de seus produtos em todo território nacional. O conselheiro Aloisio Bozzini pediu a palavra, informou que participou de alguns consórcios e entende que o jeito mais fácil de otimizar os gastos do município além de facilitar a resolução de diversos problemas é através de consórcios intermunicipais, tendo uma força maior para captação



de recursos federais e estaduais. Uma questão que solicitou maior atenção é referente a organização administrativa do consórcio que foi proposto, sendo que está expressamente no documento que haverá um estatuto das atribuições de cada órgão deliberativo, sendo uma falha que eventualmente será suprida. O presidente informou que mais da metade dos municípios já aderiram ao CONIAC, e que a discussão sobre a criação do estatuto está ocorrendo. Informou que apesar de Araras ainda não estar inserida no consórcio, devido à falta de aprovação de lei municipal pela Câmara, está em contato direto com os representantes que estão discutindo sobre a criação do estatuto. Frisou da importância desse debate pelo CONDEMA e da importância da aprovação referente ao PL apresentado. Informou que em contato com representantes do poder estadual, de que as análises de soluções consorciadas são priorizadas para análise na captação dos recursos. Desse modo o assunto foi colocado em discussão, sendo realizada a aprovação pelos conselheiros presentes, informando para constar em ata e posteriormente encaminhada ao Gabinete do Prefeito através do Procolo Administrativo 14584/2023. Após isso o presidente abriu a palavra livre aos demais conselheiros e aproveitou para informar que na próxima reunião que ocorrerá em 25 de outubro, o Sr. Wagner Antônio Leveghim irá substituí-lo para fazer a reunião pois estará de férias, caso algum conselheiro quiser realizar a inclusão de algum assunto para a discussão na próxima reunião pode fazê-lo através do e-mail do CONDEMA. O Conselheiro Aloisio Bozzini pediu a palavra para informar que saiu recentemente um edital de chamamento público do Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, que visa a implantação de projetos de compostagem e agricultura urbana e periurbana, tendo um valor a ser disponibilizado para projetos apresentados por municípios, consórcios municipais e estados (Conforme SQA nº 01/2023). Informou que confeccionou um ofício como conselheiro solicitando a administração pública a recomendação de elaboração de uma proposta para ingressar nesse edital. A minuta foi compartilhada com os demais conselheiros. O presidente informou que é possível encaminhar esse ofício e que possivelmente será encaminhada à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Mobilidade para análise e proposta a ser realizada. Sem nenhum outro conselheiro pedindo a palavra a reunião foi finalizada, agradecendo a presença de todos os conselheiros e reforçando que a próxima reunião será presidida pelo Sr. Wagner A. Leveghim. Nada mais a ser tratado, eu _____ (Rodolfo Bergamin) lavrei a presente ata que segue assinada pelos presentes.



PREFEITURA DE ARARAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

smmaa@araras.sp.gov.br
(19) 3547-6704 / 3541-2553

Rodolfo Bergamin

José Roberto da Silva

Wagner Antônio Leveghim

Mariane Fernanda Gonçalves

Rodolfo Busolin Alves dos Santos

Alberto Adolfo Junior

Haroldo Domingos Mazon

Kevin Alexandre de Araújo Tresceller

Victor Henrique Benedicto dos Reis

Felipe Nogueira Quaresma

Thaís Fernanda Sanfelice

Fernando Pagioro

Waldemar Vechin Junior

Luiz Fernando Privatti



PREFEITURA DE ARARAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

smmaa@araras.sp.gov.br

(15) 3547-6704 / 3541-2558

Daniel Kobori

Ricardo Cripa

Viviane C. G. Felisberto

Simone Vernaglia Martins

Carlos Eduardo Silva Garcia

Rafael Kenji Koike Shimabukuro

Luiz Arioaldo Fabri Junior

Profª. Drª. Renata Sebastiani

Manoel Oliveira dos Santos

Profª. Drª. Adriana Cavalieri Sais

Eduardo Gaino Monteiro

Mayara Ferrari Costa

Márcia Helena Malvestiti Consoni

(Conselheiro a ser nomeado)



PREFEITURA DE ARARAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

smmaa@araras.sp.gov.br
(19) 3547-6704 / 3541-2558

Prof. Dr. Aloisio Calsoni Bozzini

Vanda Renata Reis

Prof. Me Carlos Eduardo Signorini

Tobias José de Oliveira Ferraz

Marcelo R. Campos

Danilo da Rocha

Oscar Emilio Rüeegger Neto

Raianny Hilk Perina

Renato Luciano Chagas

Ederaldo Renato Schmidt Viganó

Alceus Seixas Junior

Vinicius Antônio Pelissari Poncio